

# Definição de propriedade cria impasse no plenário

## Para Cabral, voto definirá estabilidade

As negociações sobre a estabilidade no emprego estão mais próximas do impasse do que para o acordo e a decisão será constituída somente no plenário da Constituinte. A afirmação é do relator Bernardo Cabral, após participar na manhã de ontem, de reunião entre sindicalistas, empresários e parlamentares do Centrão e progressistas do PMDB. A votação sobre estabilidade deverá ser na próxima semana.

Cabral advertiu que a radicalização dos grupos sobre a matéria poderá levar a Constituinte a gerar o primeiro "buraco negro" no texto, ou seja, nenhuma facção irá conseguir os 280 votos necessários para a aprovação de suas propostas. Mas o relator não perdeu o otimismo e apelou mais uma vez na direção do acordo: "Não é ilusão, mas a esperança é a última que morre".

Segundo o deputado Arnaldo Faria (PTB-SP), a unidade sindical e a manutenção da contribuição sindical são questões concensuais entre todos os grupos da Constituinte e não encontrarão dificuldades para sua aprovação. O impasse, prossegue, surge justamente na discussão da proposta defendida pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, que fixa o princípio da estabilidade na Constituição mas deixa sua regulamentação para a legislação ordinária.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, admite inclusive negociar a inclusão nas disposições transitórias de um percentual de indenização enquanto a lei não definir a forma de garantia de emprego contra a despedida imotivada. "O problema recai sobre a retroatividade", resalta Faria de Sá. Mas Joaquim não troca simples da estabilidade por indenização. Já o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, considerou praticamente impossível fechar um acordo sobre a estabilidade antes da votação em plenário. E disparou: "Só mesmo um pelego poderia aceitar o princípio da indenização progressiva".

Também participaram da reunião o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros e do Sindicato dos Eletricitários, Antonio Magri, ambos convencionados que a melhor proposta apresentada foi a do deputado Roberto César Coelho (PMDB-RJ), de indenização compensatória. Esta emenda, apoiada pelo Centrão, estipula o pagamento de um salário por ano de serviços para os trabalhadores dispensados sem justa causa.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, representante do Centrão na reunião, considerou descartada qualquer possibilidade de acordo com as centrais sindicais e o grupo progressista do PMDB.

## Sindicalista prevê danos

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, estão em acordo com relação à aprovação da estabilidade no emprego pela Assembleia Nacional Constituinte, haverá prejuízo para o trabalhador brasileiro.

Segundo Amaury Temporal, a criação de um mecanismo como o que está sendo discutido trata-se de um "verdadeiro crime lesa-pátria. Em primeiro lugar porque os trabalhadores correm o risco real de perderem seus empregos".

O sindicalista Luiz Antônio Medeiros também prevê esse prejuízo na medida em que "a consequência imediata da aprovação da estabilidade seria a demissão da maioria dos trabalhadores por justa causa". E raciocina: "Desde que se prevê que o trabalhador pode ser demitido por falta grave comprovada judicialmente, o empregador vai demitir, como faz hoje, e mandar o trabalhador procurar os seus direitos. O resultado disso é que a Justiça do Trabalho vai ficar abarrotada de processos e o trabalhador gastará uns dez anos lutando por seus direitos".

**Previsão**  
O presidente dos sindicalistas de São Paulo defende que sejam criados "nesta hora de crise, determinados sistemas de penalização das empresas, como um eficaz salário-desemprego, bem como insistir na negociação direta". Medeiros lembra que a estabilidade existia até a década de 60 e que, segundo ele, acarretava, para a maioria dos trabalhadores, a demissão aos nove ou dez anos de trabalho, "justamente para evitá-la".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, por sua vez, teme que haja incontável ampliação dos contratos por tempo determinado e pergunta "quem vai reprimir e fiscalizar as demissões". Além de Amaury Temporal, o ex-ministro da Fazenda, Carlos Bresser Pereira, também condenou a aprovação da estabilidade ao afirmar que trará enormes problemas para a economia nacional.



O senador Afonso Arinos faz um aparte durante os debates sobre o Título II no plenário

## Constituinte extingue censura e dá garantia a direito autoral

O plenário da Constituinte aprovou ontem, por 470 votos a 12 e quatro abstenções, o dispositivo que assegura a livre expressão artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. O texto garante o direito autoral, também em relação às participações individuais em obras coletivas e nas áreas desportivas, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

Foi aprovada ainda proposição do deputado José Genoino (PT-SP), que assegura aos criadores, intérpretes e respectivos sindicatos ou associações o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participem. O destaque foi pedido pelos deputados Arthur da Távola (RJ), Márcio Braga (RJ), Roberto Cardoso Alves (SP), todos do PMDB,

além de Genoino, e restabelece o texto da Comissão de Sistematização.

**Patentes**  
Na mesma sessão, as esquerdas obtiveram uma vitória sobre o Centrão ao aprovar, por 350 votos contra 132 e três abstenções, destaque do deputado Virgildáσιο de Senna (PMDB-BA) que protege as criações industriais de interesse social para o País. A proposta também restabelece o texto da Comissão de Sistematização, em lugar do que prevê o substitutivo dos centristas.

No que se refere aos direitos dos presos, foi aprovado, mediante acordo destaque que restabelece as prerrogativas fixadas pela Comissão de Sistematização. Assim, ficou garantido que o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial. A proposição

dos centristas previa apenas a identificação do órgão a que pertence o autor da detenção.

Foi aprovado ainda destaque que determina que a prisão, salvo em flagrante delito, seja feita por ordem escrita da autoridade judiciária competente. Prevaleceu o texto da Sistematização. A proposta do Centrão permitia que qualquer autoridade competente, sem especificar quem teria atribuições, poderia realizar as prisões.

Também foi assegurado às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A autora da emenda, deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), destacou que o entendimento da maioria do plenário da Constituinte, no que se refere ao direito do apenado, era o de não penalizar o preso, mas o crime.

## Eichemberg prevê contradição

O fim da Censura, aprovado ontem pelo plenário da Constituinte, pode ser a primeira contradição da nova Constituição. A análise é do secretário-geral do Ministério da Justiça, José Fernando Eichemberg, ao se referir ao artigo 23, inciso XV, que ainda será votado, e que confere ao Estado a atribuição de "exercer a classificação de diversas públicas e de programas de telecomunicações".

Eichemberg, que está respondendo pelo Ministério da Justiça, explicou que o efeito classificatório, citado no texto da Sistematização, qualifica um programa de diversão pública, como filmes, músicas e teatro, apenas por faixa etária. O artigo aprovado pelo plenário da Constituinte acaba definitivamente com a Censura.

Existem hoje, dentro da

estrutura do Ministério da Justiça, dois órgãos responsáveis pela fiscalização e normatização da Censura. Em primeira instância está a Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, além da própria diretoria-geral do órgão. Em última instância fica o Conselho Superior de Censura, que além de fiscalizar e normatizar os programas de diversão pública, decide sobre recursos, em caso de veto ou censura pelo DPF. Com o fim da Censura, estes dois órgãos, como afirmou o secretário-geral do Ministério da Justiça, perdem seu objetivo e por isto devem ser extintos, com os seus funcionários sendo remanejados para outros setores.

Na semana passada, o presidente do Conselho Superior de Censura, Galba Veloso, pediu demissão.

### A NOVA CARTA

*Eis a íntegra do que foi aprovado ontem:*

**Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

**Capítulo I — Dos Direitos Individuais e Coletivos**

**Art. 6º (...)**

**Parágrafo 24 — Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.**

**Parágrafo 25 — Ninguém será levado à prisão, ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.**

**Parágrafo 26 — É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral; as presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado.**

**Parágrafo 27 — O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença.**

**Parágrafo 28 — Não haverá prisão "civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.**

**Parágrafo 29 — O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial.**

**Parágrafo 30 — Ninguém será privado de qualquer de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.**

**Parágrafo 31 — É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas. Será assegurado aos criadores, intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.**

**Parágrafo 32 — A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico.**

**Parágrafo 33 — Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.**

**Parágrafo 34 — E a todos assegurado o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente de pagamento de taxas.**

**Parágrafo 35 — Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes, na forma da lei.**

**Parágrafo 36 — Não será concedida extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.**

**Parágrafo 37 — Conceder-se-á asilo político.**

## Mensagem da Igreja irá a 30 milhões

O documento "Urgência de grandes decisões", divulgado no último sábado pela presidência da CNBB, já atingiu 30 milhões de católicos. Esta é a estimativa da assessoria de imprensa da CNBB que enviou o documento para as cem mil comunidades de base existentes no País e para as sete mil paróquias. A divulgação de documentos produzidos pela presidência da CNBB é uma prática da entidade e, de acordo com o padre Arnaldo Beltrami, esta prática tem por objetivo, "a reflexão dos problemas brasileiros".

Elaborado pelos três bispos que integram a presidência da entidade, Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente, Dom Celso Queiróz, secretário-geral e Dom Paulo Pontes, vice-presidente, o documento afirma que a corrupção administrativa, atingiu tal nível, "que chega às raízes da convivência". E o segundo documento, discutido ponto por ponto entre Dom Luciano e o presidente Sarney, na última quarta-feira, também será distribuído às paróquias e comunidades de base.

Além da distribuição feita através do "Boletim de Notícias" da CNBB, o documento será lido em todas as igrejas, como é costume, em data a ser marcada por cada bispo.

Pelos cálculos da CNBB, apenas 20% dos católicos frequentam as igrejas nas missas dominicais. Com isso, o número total da população brasileira a tomar conhecimento do documento, nos próximos dias, deve chegar a 50 milhões de pessoas.

## "Dança macabra", acusa Aureliano

**Belo Horizonte** — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que o Brasil está vivendo uma dança macabra em que todos denunciam atos de corrupção mas ninguém aponta nomes. "Precisamos acabar com essa situação psicodélica. É obrigação daqueles que acusam apontar os corruptos e corruptores. Vivemos um quadro de acusações generalizadas sem que, no entanto, apareçam nomes e isto precisa acabar", afirmou o ministro.

Em rápida entrevista na Base Aérea de Pampulha, Aureliano Chaves voltou a pedir respeito às decisões da Constituinte, que não devem sofrer interferências externas.

A discussão do conceito de propriedade criou mais um impasse na Constituinte. O presidente da Assembleia deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) suspendeu a sessão, sob protestos dos líderes progressistas, e marcou outra para hoje às 9h00. A expectativa de que se a sessão terá quorum, ou não, é grande, já que a intenção do Centrão, divulgada em um documento distribuído aos seus membros no plenário ontem, era a de só votar o parágrafo, que define a propriedade, na próxima semana.

O impasse surgiu quando ia ser votado um destaque de votação em separado do senador Mário Covas (PMDB-SP), retirando do texto do Centrão o parágrafo que assegura o direito à propriedade e define que a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. A intenção de Covas e dos progressistas era aprovar outra emenda para manter o texto do projeto de Constituição, que subordinou o direito de propriedade ao bem-estar social e, em casos de desapropriação, a indenização será feita previamente, sem especificar de que maneira.

**Buraco Negro**  
A confusão surgiu quando o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos líderes do Centrão, quis orientar os membros do seu grupo. De acordo com a interpretação de Bonifácio, caso o destaque e o texto do projeto de Constituição, que seria apreciado na votação seguinte, não fossem

aprovados, haveria o "buraco negro", termo cunhado pelos constituintes para a situação de nenhuma emenda obter quorum para a votação quando destacada do seu corpo principal.

Com base no artigo 8º do regimento interno da Assembleia, modificado por imposição do Centrão, o senador Mário Covas argumentou que essa situação não aconteceria, porque o buraco negro só ocorre, quando se vota um título ou capítulo inteiro e naquele momento se estava votando um parágrafo. O deputado Ulysses Guimarães ficou em dúvida e Bonifácio de Andrada, exaltado, disse-lhe que, se fosse aceita a argumentação de Covas, na segunda-feira o "Centrão" iria apresentar um projeto de resolução alterando novamente o regimento.

Depois da ameaça e com a confusão instaurada no plenário, Ulysses suspendeu a sessão, mesmo com os protestos dos progressistas. Argumentou que precisa "estudar a nova interpretação da matéria". Os deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e José Genoino (PT-SP) viram na posição de Ulysses "um claro favorecimento ao "Centrão", que não queria votar ontem o conceito de propriedade.

Brandão mostrou um comunicado do grupo aos seus membros em que está estabelecido que a votação do dispositivo só seria na próxima semana. Os ânimos exaltados entre progressistas e centristas quase provocaram uma briga na saída do plenário entre os deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Luis Salomão (PDT-RJ).

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão, não quis comentar a argumentação de Covas e garantiu que haverá votação hoje.

## Centrão ameaça acordo se campanha continuar

Parlamentares do "Centrão" condenaram ontem, durante o horário do pinga-fogo e das comunicações de lideranças na sessão da Constituinte, a campanha que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) vem fazendo pelo País, classificando os membros do grupo de "traidores da classe trabalhadora". Nervoso, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ), disse que se até o carnaval os cartazes não forem retirados ele vai sair pelas ruas do Rio de Janeiro, acompanhado de três cães doberman e 50 homens, "para trucidar esses vagabundos da CUT".

Antes do início da votação, a sessão foi uma espécie de "muro das lamentações" dos constituintes, que se revezavam na tribuna para reclamarem da CUT e da imprensa, que estão divulgando os nomes de alguns que teriam recebido favores do Governo. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do "Centrão", pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que tomasse providências contra a campanha que a CUT está fazendo.

Cardoso Alves disse que a honra dos constituintes tem que ser preservada e se a campanha continuar, as negociações sobre a estabilidade, que estão se desenvolvendo, serão interrompidas. De acordo com o parlamentar, não é possível que se negocie, inclusive com a CUT, enquanto se é atacado.

O deputado Evaldo Gonçalves (PFL-PB), que raramente aparece nas sessões da Constituinte, subiu à tribuna para dizer que na Paraíba estão sendo afixados cartazes com sua foto em tamanho 30 por 40 condenando-o por ser do "Centrão". Na mesma

## Panfletos abrem o confronto

Está deflagrada mais uma guerra entre os progressistas e conservadores da Assembleia Nacional Constituinte. Desta vez o confronto extrapolou o plenário do Congresso e chegou às ruas, inundadas por uma enxurrada de panfletos e cartazes, uns denunciando os outros. O líder do PDS, Amaral Netto (RJ), chegou a implorar ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, para que recorresse ao STF, enquanto nas ruas, a cada nova greve, a panfletagem se acentua.

Para o deputado, os cartazes distribuídos pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) aos trabalhadores na porta das fábricas, nos quais chama os constituintes do Centrão de "vendidos, traidores e safados", corresponde a uma "agressão à lei eleitoral e ao código penal". Amaral prometeu reagir e deixou escapar que o Centrão já prepara a confecção de panfletos apresentando a Nação "os vendidos à Albânia, Cuba e Nicarágua". O deputado garantiu que, pessoalmente, irá percorrer a cidade do Rio de Janeiro e rasgar todos os panfletos da CUT. "Podem esperar o troco", avisou.

**Mentirosos**  
Mas para o deputado Olívio Dutra (RS), presidente nacional do PT, a pressão popular à Constituinte é legítima, principalmente nesta etapa, quando serão decididas as questões trabalhistas. "Escândalo e absurdo é a influência do Executivo com seu fisiologismo, a pressão patronal e empresarial e a



Cardoso Alves: honra preservada

linha, o deputado Antônio Salin Curiani (PDS-SP), afirmou que em São Paulo estão sendo espalhados cartazes com as fotos, nomes e telefones dos constituintes que fazem parte do "Centrão", classificando-os de "traidores da classe trabalhadora".

Sólon Borges dos Reis, deputado pelo PTB de São Paulo, também condenou a campanha e repudiou "a patrulhagem de deduração da CUT". Já a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) negou que tenha recebido uma concessão de lava de ouro e cassiterita do Governo em seu Estado. Aproveitou para condenar as lideranças do "Centrão", grupo do qual ela faz parte, "que estão marginalizando os constituintes, como acontecia na Comissão de Sistematização".

## Panfletos abrem o confronto

ingerência do capital estrangeiro", protestou. O petista acredita que o momento é propício para que sejam denunciadas, nas bases eleitorais, todos os constituintes que nos comícios prometeram uma coisa e hoje agem contrariamente. "E a hora de desmascarar os mentirosos", frisou.

Já o deputado Roberto Cardoso Alves, articulador do Centrão movimenta que as manifestações dos movimentos sindicais podem dificultar as negociações internas sobre os pontos polêmicos. "Não vou fazer acordo com adversários que pelas costas me apunhalam", disparou. Com o mesmo raciocínio ficou o líder do PTB, Gastone Righi, que classifica as denúncias de "injúria e calúnias".

**Traição**  
Para o deputado-sindicalista Augusto Carvalho (PCB-DF), os partidos políticos não devem interferir nas decisões das entidades sindicais. "Esta pressão democrática tem o poder de reverter o voto de constituinte", defende o parlamentar que divide esta opinião com o líder do PDT, Brandão Monteiro, que considera obrigação dos sindicatos denunciar "a tração de compromissos e lutar pelo término do estelionato político no País".

Mas o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, (RS), ultrapassou o limite, partindo para qualifica as divergências políticas-doutrinárias na Constituinte como aceitáveis.